

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES/AS EM EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: A EXPERIÊNCIA DO NEC/FEBF/UERJ*

CONTINUOUS TRAINING OF TEACHERS IN HUMAN RIGHTS EDUCATION: THE EXPERIENCE OF NEC/FEBF/UERJ

Aura Helena Ramos 1

Resumo: O presente texto relata a trajetória de um projeto de universidade pública do Rio de Janeiro voltado à formação continuada de professores/as em educação em direitos humanos. A experiência, desenvolvida como um projeto de extensão, se define a partir de dois aspectos estruturantes: a articulação indissociável dos campos de extensão, pesquisa e ensino, e a estratégica formação de parceria entre a universidade, o poder público e a sociedade civil organizada, investindo e contribuindo para a adoção de políticas públicas na sua área de atuação. No plano metodológico, se orientava por práticas que privilegiavam o saber docente e a construção participativa de alternativas às questões identificadas pelos/as professores/as como relevantes e desafiadoras. Por fim, o currículo de educação em direitos humanos é abordado como algo que se dá pela disputa de diferentes sentidos que são negociados no contexto da escola em uma articulação cuja plenitude não pode nem necessita ser alcançada.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos. Formação Continuada de Professores. Extensão Acadêmica.

Abstract: This text reports the trajectory developed within the scope of an academic project at a public university in Rio de Janeiro aimed at the continuing training of teachers in human rights education. The extension experience is defined from two structuring aspects: the inseparable articulation of the fields of extension, research and teaching, and the strategic formation of a partnership between the university, the public authorities and the organized civil society, investing and contributing to the adoption of public policies in their area of expertise. At the methodological plan, it was guided by practices that privileged teaching knowledge and the participatory construction of alternatives to the questions identified by teachers as relevant and challenging. Finally, the human rights education curriculum is approached as something that takes place through the dispute of different meanings that are negotiated in the context of the school in an articulation whose fullness cannot nor need to be achieved.

Keywords: Education in Human Rights. Continuing Teacher Education. Academic Extension.

*NEC – Núcleo de Educação Continuada / FEBF – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense / UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

1 Doutora em Educação. Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do Grupo de Pesquisa Currículo, Formação e Educação em Direitos Humanos (GCEDH). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8638377138958446>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7088-7132>. E-mail: aurahramos@gmail.com

Apresentação

O presente texto relata a experiência de um projeto de extensão desenvolvido entre 1999 e 2012, forjada com inspiração e em diálogo com o processo de constituição das DNEDH - Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Esse foi um período pujante de reconhecimento e investimento público na área dos direitos humanos. A nível nacional, houve uma importante institucionalização das iniciativas com a criação de órgãos específicos, como a SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos, ligada à Presidência da República e ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, e o CNEDH – Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, responsável pela orientação do debate direcionado à definição de fundamentos e diretrizes normativas, como a versão preliminar do PNEDH - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, proposto em 2003 e consolidado em 2007 após amplo debate em todo o país.

Ancorado nesse contexto, constituiu-se o Núcleo de Educação Continuada (NEC), projeto extensionista voltado à formação continuada de professoras/es da Baixada Fluminense, região metropolitana do município do Rio de Janeiro onde a FEBF se localiza como campus interiorizado da UERJ que, à época, oferecia apenas o curso de Graduação em Pedagogia.

Até então, a faculdade se dedicava quase que exclusivamente ao ensino de graduação em Pedagogia, mas naquele momento vivia-se um contexto político interno muito favorável à ampliação das atividades acadêmicas, de modo que a ideia de um núcleo agregador de ações extensionistas recebeu de pronto um bom acolhimento e suporte institucional. A proposição, concepção e coordenação do NEC foram iniciativas de duas docentes da FEBF, ambas da área de didática, com anos de experiência anterior como professoras na educação básica e uma atuação expressiva na gestão pública. Uma vez que fazia todo sentido no contexto da região e atendendo ao apelo pragmático do limite de recurso existente, o enfoque do trabalho do núcleo foi pensado a partir dos campos de estudo das coordenadoras: educação em direitos humanos e educação socioambiental. Essas duas áreas foram articuladas em torno de uma mesma temática definida como *Educação para a Paz e o Desenvolvimento sustentável*, assim apresentada por Ramos (2005)

Do ponto de vista conceitual, a união desses dois temas expressa uma compreensão de Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos que articula o paradigma ecológico à abordagem planetária de Direitos Humanos. Isto significa, por um lado, compreender a crise ambiental como uma das faces constitutivas da crise social e econômica em que vivemos e, por outro, perceber a necessidade de superar uma perspectiva de mera defesa de direitos individuais para alcançar a luta pela construção de um mundo mais justo e cidadão para todos e todas. Assim, Cultura da PAZ, qualidade de vida e qualidade ambiental devem ser pensadas articuladamente como parte do modelo social que as engendra (RAMOS, 2005, p. 28).

Em termos práticos, o NEC se organizava como uma estrutura administrativa e pedagógica voltada à ancoragem das atividades que se desenvolviam nas suas duas frentes de ação. A frente de educação socioambiental, coordenada pela Prof.^a Simone Fadel, se desenvolvia a partir do Projeto *Educação Ambiental: uma produção de diferentes atores*. A frente educação em direitos humanos, objeto específico deste relato, tinha como base o PREV - *Projeto Escola e Violência na Baixada Fluminense: a construção da Paz*.

Os princípios norteadores do PREV/NEC

Inicialmente não tínhamos total clareza de como o processo de formação se constituiria. Trabalhávamos com uma “ideia-mestra” de especificar os objetivos de cada ação e traçar suas metas a partir da percepção e demanda das professoras/es, definindo com elas/eles (e não “para

elas/eles”) o traçado da sua formação. Em termos de princípios, nos apoiávamos em três pontos de sustentação.

Um novo horizonte para a extensão acadêmica

O NEC e os projetos nele ancorados se constituíram como atividades de extensão acadêmica no momento em que a UERJ se encontrava em pleno processo de debate e amadurecimento relativo a uma profunda reformulação na área, responsável por importantes mudanças e inovações quanto aos fundamentos, às diretrizes e aos procedimentos de avaliação das atividades extensionistas na instituição, conforme analisado por Luciana Castro (CASTRO, 2004). Esse movimento buscava superar duas marcas da cultura universitária – o entendimento da extensão como atividade assistencialista, secundária e essencialmente de aplicação; e a forte desarticulação entre os campos que têm sido reconhecidos como estruturantes da instituição universitária: ensino, pesquisa e extensão.

No bojo desse processo e fortemente influenciado por ele, os projetos do NEC se estruturaram metodologicamente compreendendo o conhecimento como construção histórica e social e afirmando o entendimento da extensão universitária como uma área não apenas de *aplicação* dos conhecimentos produzidos na academia, mas, sobretudo, como espaço privilegiado de diálogo com a sociedade e configurador da *práxis*. Empenhavam-se, com isso, em conferir materialidade à enunciada necessidade de superação das abordagens que dicotomizam *saber e agir, sujeito e objeto e ciência e sociedade* (MAZZOTTI-ALVES, 1999, p.117).

Com essa orientação, os projetos desenvolvidos pelo NEC buscavam inspiração metodológica nos princípios da pesquisa-ação. Referindo-se a Kurt Lewin como *criador desta linha de investigação*, Marlí André indica que este estudioso apresentava os procedimentos básicos da pesquisa-ação como: *análise, coleta de dados e conceituação dos problemas; planejamento da ação, execução e nova coleta de dados para avaliá-la; repetição desse ciclo de atividades* (ANDRÉ, 1999, p. 31).

Considerou-se esta orientação especialmente adequada a projetos extensionistas no campo da formação continuada de professores por conjugar a possibilidade de ações participativas, ao esclarecimento das microssituações da escola, favorecendo a definição de objetivos e produção coletiva de conhecimentos e de proposições quanto a alternativas práticas relativas aos problemas identificados (THIOLENT, 1985).

Um pressuposto de educação continuada

Assim como o questionamento da ideia de extensão acadêmica como atividade de apoio à comunidade, também naquele momento destacava-se o debate sobre processos de formação continuada de professores/as tradicionalmente abordados como ações pontuais que objetivavam compensar uma formação inicial insuficiente ou preparar a/o professor/a para a implantação de novidades pedagógicas adotadas pelos sistemas públicos de ensino. Apesar de se verificar uma grande difusão do discurso crítico na fala dos sujeitos e documentos oficiais voltados para a área, evidenciava-se (e ousa dizer que se evidencia ainda hoje) a adoção de experiências que se organizam em torno da ideia de capacitação. Ou seja, prevalecendo uma prática compensatória que entende excluir a necessidade de ações de formação continuada decorre da fragilidade dos cursos de formação inicial dos/as docentes. Bastante recorrentes e igualmente fundadas na percepção de que “falta algo ao/a professor/a”, são as iniciativas de formação continuada voltadas a treinar esse/a profissional para a implantação de inovações pedagógicas acompanhadas de decorrentes mudanças na concepção curricular e/ou na organização pedagógica do ensino - definidas formal e unilateralmente nas instâncias superiores de poder.

Nossa abordagem de processos de formação continuada procurava romper com essa perspectiva orientando-se por práticas que privilegiavam o saber docente e a construção participativa de alternativas às questões identificadas por eles/elas como relevantes e desafiadoras. Buscávamos processos de formação contínua não a partir de características profissionais pré-

definidas (pré-conceituadas), mas a partir do entendimento da formação contínua como lugar de enunciação desse/a profissional como sujeito. Apreendendo a escola como espaço de hibridização de culturas, tomávamos o/a professor/a como agente de produção cultural. Agente que reflete sobre processos de formação continuada orientados pelos modos como ele/a se constitui como sujeito. E percebe como sua identidade profissional é forjada no permanente processo de negociação política que ocorre na escola, e não segundo uma classificação ou definição de uma natureza originária e universal da profissão que fixa quem ele/a é. Queríamos caminhar na direção de práticas de formação continuada de educadores/as que, ao mesmo tempo em que se dispõem a uma ação transformadora da realidade, evita proposições redentoras, deterministas ou idealistas.

Tal perspectiva nos incitava a indagar os modos de organização institucional, administrativa e pedagógica da escola, e propunha um necessário debate acerca da formação continuada que envolvia tempos-espacos coletivos para trocas formais e informais, para vivência de experiências coletivas alternativas, possibilitando a sistematização/difusão do saber coletivamente construído pelos educadores/as e alunos/as no decorrer das experiências pedagógicas que vivenciam. Em termos pontuais, essa perspectiva levou à configuração de ações acadêmicas de extensão de formação continuada caracterizada por três aspectos:

- Compreensão do espaço físico das próprias escolas / comunidades como *locus* privilegiado das ações dos projetos.
- Planejamento/execução/avaliação das ações orientados pela construção coletiva devendo buscar o envolvimento de um maior número possível de sujeitos das escolas/comunidades envolvidas;
- Realização das atividades preferencialmente no horário de trabalho dos educadores, utilizando-se, inclusive, os tempos institucionalmente já reservados para o planejamento nas escolas.

Uma abordagem de educação em direitos humanos

A constituição do NEC se deu em um momento de recrudescimento e de maior visibilidade das manifestações de violência nas escolas, quando propostas de ação policial e instalação de equipamentos de segurança nas escolas eram apontadas como solução para o problema. Esse foi o ponto de impulsão para nossa aproximação e adesão ao debate sobre direitos humanos e educação em direitos humanos.

Estudo publicado na área (CANDAU,1999) demonstrava ser comum entre educadores/as a percepção de que a violência escolar é *uma realidade que nas suas manifestações intraescolares se apresenta como reflexo da violência social*. (CANDAU,1999, p.90). Não só a questão da violência escolar era percebida apenas como resultante da violência social como existia, entre professores/as, uma tendência acentuada de reconhecer como violentas, estritamente manifestações de agressividade física ou verbal.

Sem deixar de compreender que a violência emerge das injustiças e disparidades sociais, buscava-se sensibilidade a formas mais sutis, que são difíceis de serem enfrentadas porque encontram respaldo no modo como toda a sociedade se organizava e se relacionava com as chamadas minorias. O fenômeno foi, então, enfocado a partir da sua complexidade e multicausalidade (CANDAU, 1999), perspectiva que aborda violência para além da evidência de manifestações de agressividade física e verbal para descrever, também como expressão de violência, o racismo (mesmo que disfarçado), a discriminação social, o preconceito quanto ao papel da mulher, o menosprezo pelas culturas não hegemônicas, a desvalorização da cultura da juventude, a convivência omissa com as desigualdades, enfim, a intolerância com as diferenças e o desrespeito aos direitos humanos. Nessa direção, o debate acadêmico vem, desde então, buscando uma reflexão pedagógica orientada a pensar violência escolar articulada aos temas da cidadania, paz, multiculturalismo e direitos humanos. Tal compreensão conclamava intervenção pedagógica preventiva e não meramente coercitiva e punitiva, como comumente se tratava a questão. Isso significava a apreensão do discurso abstrato da escola sobre a formação do cidadão, como um compromisso cotidiano com a construção da cidadania a partir de uma ação pedagógica que proclamasse, vivesse e defendesse os direitos

humanos nas suas dimensões individual, comunitária, social e planetária.

No cerne desse debate pedagógico, estava a apreensão do conflito como algo inerente a toda relação humana, pessoal ou social, e o entendimento de que violência não é o mesmo que conflito e sim as formas destrutivas de lidar com ele. Estava também presente a ideia de que a violência emerge da necessidade e do desejo de eliminar ou controlar a diferença.

Emerge daí a proposição de que a educação em e para os direitos humanos deve investir na constituição de um ambiente escolar que reconheça a diferença, se indigne com toda forma de preconceito e promova formas dialogadas, não violentas de enfrentamento dos conflitos. Percebíamos como bastante relevante que a escola fosse um ambiente de difusão dos direitos conquistados socialmente e assegurados pela legislação. Mas percebíamos também que o compromisso com a garantia dos direitos humanos impunha ações que não se contentam com a afirmação e defesa de direitos aos quais todos/as têm direito, o que impõe a educadores/as o desafio pedagógico de impulsionar e orientar um processo de construção da cultura dos direitos humanos. Nos termos propostos pelos estudos desenvolvidos por Vera Candau (2008) tratava-se de atravessar as atividades escolares pelos princípios pedagógicos de uma *interculturalidade crítica*.

A experiência do PREV

Gênese

O PREV se constituiu como um dos desdobramentos da *I Jornada Escola e Violência*, evento organizado pelo NEC como estratégia de aproximação entre a FEBF e as escolas/poder público local que pudesse criar laços visando o desenvolvimento de ações parceiras.

O evento tinha como objetivo sensibilizar educadores/as para uma reflexão sobre a questão da violência que resultasse no interesse por ações mais sistemáticas e permanentes de intervenção no problema. A *I Jornada* ocorreu durante cinco dias de atividades oferecendo palestras e oficinas, das quais participaram 139 educadores/as da rede pública de seis dos mais populosos municípios da região.

A repercussão do evento foi muito positiva, devido em grande medida à efetiva parceria da experiente Novamerica¹, que coordenou cinco oficinas pedagógicas oferecidas às/aos participantes. A abertura dos trabalhos feita com concorrida palestra da Prof.^a Vera Candau² foi, ainda, um fator de forte prestígio para o evento.

Dentre os 139 participantes, 80 eram orientadores educacionais, demonstrando o grande interesse destes profissionais para o debate acerca da questão da violência escolar o que, para nós, apontou uma demanda e uma possibilidade real de desenvolvimento de ações com este segmento de educadores.

Como resultado imediato do encontro, iniciamos conversações com a DOE-Divisão de Orientação Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias no sentido de estruturarmos um projeto de intervenção pedagógica sobre a questão da violência nas escolas, e assim criarmos as bases da parceria que se firmou para sua execução.

Com apoio e através da estrutura logística da SME, enviamos a todas as escolas da rede pública uma carta-consulta sobre seu interesse em participar de um projeto de extensão de formação continuada de professores/as abordando a temática do evento. Solicitávamos uma resposta por escrito justificando tal interesse, a partir da qual selecionaríamos quatro unidades escolares, uma em cada distrito do município. Tínhamos em mente desenvolver um processo formativo dentro dessas escolas, por meio do qual cada uma pudesse vir a se constituir como um núcleo distrital de referência em educação em direitos humanos com potencial multiplicador das experiências desenvolvidas quanto a forma de lidar com a questão das diferentes manifestações da violência na escola e, sobretudo, quanto às iniciativas pedagógicas de construção da cultura da paz.

¹ Novamerica – ONG latino-americana de defesa da cidadania e promoção dos direitos humanos.

² <https://youtu.be/-GMXd85ZVBA> Vídeo da conferência Escola e Violência, proferida pela Prof.^a Vera Candau na abertura da *I Jornada Escola e Violência* NEC/FEBF/UERJ, 1999. Acesso em: 09 fev. 2023.

Desejávamos que os Núcleos de Referência gestados no projeto, irradiassem para as outras escolas da região o modo como buscaram o enfrentamento dos problemas vividos, mas, também, que pudessem ser exemplares quanto à construção de uma escola menos excludente.

Das 105 escolas da rede pública do município, 12 responderam afirmativamente ao nosso convite para participar do projeto, dentre as quais selecionamos um total de seis unidades com as quais passamos a atuar regular e diretamente.

Essa fase inicial pode ser definida como um tempo de *sensibilização*, cujos procedimentos podem ser assim pontuados:

- Realização da *I Jornada Cotidiano Escolar e Violência*
- Primeiros contatos com a Secretaria Municipal de Educação Duque de Caxias para definição das linhas gerais do projeto e bases do apoio a sua execução
- Identificação/seleção de escolas interessadas
- Seminário para apresentação do projeto e definição conjunta de suas linhas de ação com profissionais das escolas selecionadas

Nascia, assim, o projeto de extensão *Escola e Violência na Baixada Fluminense*: a construção da paz, projeto central do eixo Educação em direitos humanos do NEC, com o importante apoio da SME/Duque de Caxias e a parceria orgânica da ONG Novamerica³. Chamávamos a isso de uma estratégica articulação entre a universidade, o poder público e organizações da sociedade civil e essa aliança percorreu todo o tempo de existência do PREV, de 1999 a 2012.

A parceria PREV / SME/Duque de Caxias

Durante todos esses anos, a SME cumpriu rigorosamente com os compromissos firmados com o NEC, que compreendiam dois pontos básicos:

- Reconhecimento da participação nas atividades do projeto, dentro ou fora da Unidade Escolar, como componentes da carga horária funcional das professoras participantes;
- Livre acesso da equipe do projeto às escolas envolvidas (coordenação e estagiárias do NEC; e equipe da Novamerica)

Além disso, a própria coordenadora da Divisão de Orientação Educacional da SME integrava ativamente as atividades regulares do projeto, participando do processo formativo e apoiando o que fosse preciso, pelo que desempenhava um importante papel de elo interinstitucional.

A aliança PREV / Novamerica

A parceria com a Novamerica, iniciada já na realização da *I Jornada Escola e Violência*, se efetivou posteriormente pelo acolhimento das escolas participantes do PREV em seu *Programa Direitos Humanos, Educação e Cidadania*, pelo que as professoras do projeto passavam a integrar o Movimento de Educadores em Direitos Humanos. O Ciclo de Oficinas Pedagógicas, atividade anual da Novamerica voltada à formação de educadores/as e agentes escolares, passou a fazer parte do calendário das escolas do PREV e os quatro encontros do Ciclo eram realizados nas próprias escolas, em dia reservado para isso e envolvendo todos os/as profissionais da unidade, além das bolsistas de extensão da UERJ que cumpriam estágio no projeto. Além disso, duas vezes por ano, nos Encontros Distrital e Estadual de Educadores/as em Direitos Humanos, as escolas do PREV apresentavam os trabalhos em curso nas suas unidades. Essas eram ações muito valorizadas tanto pelas equipes das escolas quanto do NEC. Eram importantes momentos de reflexão coletiva, compartilhamento e celebração que repercutiam de modo muito significativo no ânimo e amadurecimento das atividades cotidianas do PREV nas escolas.

³ Disponível em: <http://www.novamerica.org.br>.

Rotina da equipe executiva do PREV

A equipe executiva do PREV era composta por uma coordenação geral (exercida pela coordenadora da área de educação em direitos humanos do NEC), uma representante da SME/Duque de Caxias (indicada pela Divisão de Orientação Educacional da SME); uma ou duas coordenadoras locais para cada escola participante (na maioria dos casos, vinculada ao setor de orientação educacional) e uma estagiária, graduanda de pedagogia da FEBF com bolsa da UERJ para projetos de extensão. A dinâmica de trabalho da equipe envolvia:

- Grupo de estudos

O grupo era formado por todos os membros da equipe executiva. Havia reuniões de regularidade quinzenal nos dois primeiros anos e mensal a partir de então, sendo essa a única atividade realizada na sala do NEC, portanto fora da escola. Visava uma compreensão mais complexa e contextualizada sobre os temas que emergiam nas escolas que, em regra, eram definidos por todo o grupo e explorados pelo tempo que fosse necessário. O estudo se orientava pela identificação da percepção inicial dos/as participantes do grupo que, a seguir, eram aprofundadas e reelaboradas pela leitura e discussão de material teórico na área, e pela análise do modo como a temática se expressava nas escolas.

As leituras e debates confluíam para uma reflexão final sobre o modo como as questões suscitadas poderiam ser tratadas pedagogicamente na perspectiva da educação em direitos humanos.

Por sugestão da coordenação geral do projeto, o primeiro tema trabalhado foi sobre a *elaboração de projetos escolares de educação em direitos humanos*. Esse foi o ponto inicial para o engajamento de professores/as das escolas, estimulados/as a participar da definição de temas para a elaboração de projetos locais a serem desenvolvidos nas escolas pela equipe do PREV. No primeiro ano, os temas abordados nos diferentes projetos locais gerados como produto do grupo de estudo foram: relação escola-comunidade; educação ambiental; organização do espaço físico da escola / valorização das relações humanas; participação juvenil; respeito às diferenças e questões de gênero.

- Atividades de campo equipe PREV – coordenação e estagiárias

Durante todo o ano letivo, as estagiárias iam semanalmente a campo, onde atuavam com orientação e em parceria com a coordenação local do projeto, visando identificar professoras que pudessem ser aproximadas das ações propostas. A partir do trabalho que essas professoras estivessem desenvolvendo com as turmas ou de situações problemáticas por elas identificadas, uma ação específica seria proposta pelo projeto. O planejamento, avaliação e definição de desdobramentos dessas ações eram definidos e realizados com a participação direta da docente. Cabia à estagiária o papel de incentivar, disponibilizar apoio com sugestão e empréstimo de material pedagógico do acervo do NEC, e dar assistência direta na execução de atividades junto às crianças.

Essa era uma frente de trabalho complexa e difícil de ser descrita, uma vez que em cada unidade essa inserção das estagiárias ocorria de forma diferente, efetivamente moldada pela dinâmica interna da própria escola, o grau de abertura e envolvimento da sua equipe e os limites e potencialidades de cada uma.

Com alguma regularidade as estagiárias preparavam e realizavam oficinas pedagógicas para crianças com temáticas relativas aos direitos humanos. Ofereciam a implementação dessas atividades tanto para as turmas de professoras/es com as/os quais atuavam rotineiramente, quanto atendendo a pedido de outros/as profissionais da escola. Essas eram iniciativas que se constituíam em oportunidades de envolvimento de um maior número de professores/as das escolas nas atividades do projeto. Também competia ao trabalho de campo o papel de disponibilizar para toda

a escola o acesso ao material pedagógico do Baú da Paz, existente no Núcleo⁴.

Periodicamente as escolas eram visitadas pela coordenação visando oferecer uma assessoria pedagógica em relação às questões e demandas locais, vivenciar o “clima” da escola e avaliar junto com a equipe e professores/as da unidade a necessidade de ajuste da rotina do PREV.

- Atividades internas equipe PREV – coordenação e estagiárias

O grupo de estagiárias se reunia semanalmente com a coordenação do projeto. Nesses momentos, cada uma fazia relatos sobre o andamento do trabalho nas escolas que acompanhavam. Traziam para o grupo impressões sobre essa experiência, os desafios propostos pelas professoras, as demandas expressas pelas crianças e as próprias dificuldades para atuar em campo. Diante do que traziam, os rumos tanto do trabalho em campo quanto de estudos aos quais se dedicavam iam sendo avaliados, redefinidos, ampliados, corrigidos. Ao final de cada encontro, o desafio era responder: *Como um/a educador/a em direitos humanos se comporta frente às situações relatadas? Do ponto de vista da educação em direitos humanos, que proposta podemos pensar para abordar pedagogicamente o problema ou a demanda trazida?* Refletir sobre essas questões foi o desafio permanente da equipe do PREV durante seus 13 anos de existência.

Merece registro o fato de que alguma vez a equipe de estagiárias se dedicou à concepção e produção artesanal de jogos pedagógicos para crianças sobre temas que elegiam, como questões de gênero, questões étnico-raciais, etc. Essas iniciativas agregavam muito o grupo, possibilitando que trocassem experiências e encontrassem coletivamente caminhos para os desafios com os quais se deparavam em cada escola. Eram certamente momentos ricos e importantes para sua condição como futuras educadoras.

Desdobramentos das atividades do PREV

- Cursos de extensão

As atividades do grupo de estudo eram organizadas nos moldes de cursos de extensão cadastrados e certificados pela UERJ, cumprindo, para isso, com as exigências formais do Departamento de Extensão da universidade.

O mesmo ocorria com o ciclo de oficinas pedagógicas implementadas nas escolas sob coordenação da Novamerica. O ciclo era organizado anualmente em quatro oficinas e os/as educadores/as que participavam de no mínimo três encontros faziam jus ao certificado de conclusão emitido pela UERJ.

Claramente a certificação não era uma motivação determinante para a integração às atividades, mas significava uma valorização e reconhecimento pelo envolvimento e participação no processo formativo, o que era muito valorizado por todos/as.

- Eventos

Com objetivo de fortalecer a coesão do grupo, trocar experiências com educadores/as da região e ampliar o debate sobre processos de educação em direitos humanos, a equipe do PREV se mobilizou algumas vezes para a organização de eventos acadêmicos na área. Isso parecia fazer sentido, uma vez que como já indicado, o próprio projeto foi deflagrado como desdobramento da *Jornada Escola e Violência: a construção da paz*, realizada em 1999.

4 Trata-se do material adquirido pelo NEC para desenvolver as atividades com as professoras junto às crianças. Com o tempo, o volume de títulos de livros, vídeos e jogos reunido possibilitou a criação de um acervo que foi organizado como BAÚ do NEC. Os Catálogos desse acervo, organizado pelas estagiárias bolsistas do PREV, podem ser acessados em https://drive.google.com/file/d/1cjyAVQCWtgX1Jb43VNPsoKC4euooaTee/view?usp=share_link. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1MqOBNZ3So6pmB-jZnyutxAqarvLV0Xlf/view?usp=share_link.

No ano seguinte, 2000, foi realizada a segunda edição do evento que já trazia para o centro do debate o tema do PREV, sendo identificada como *II Jornada: Escola, Violência e Direitos Humanos*. A abertura foi feita por palestra de Dom Mauro Moreli, tendo a Prof.^a Vera Candau como debatedora. Fazia parte da programação um painel com relatos de experiência de diferentes projetos desenvolvidos junto às escolas da rede pública da região e oficinas pedagógicas com temas articulados aos projetos locais elaborados pelas escolas do PREV. Ao todo foram dez oficinas, sendo uma para crianças, duas para jovens e sete para professores/as. Houve, ainda, uma mostra de vídeo sobre questões pertinentes ao problema da violência, e uma exposição de *posters* de escolas de Duque de Caxias e do município do Rio de Janeiro – participantes do Movimento de educadoras/es em Direitos Humanos. O NEC também montou uma mesa de coleta de assinaturas para o Manifesto pela Paz distribuído mundialmente pela UNESCO.

O evento foi realizado com o apoio institucional e material da Sub-Reitoria de Extensão/ UERJ, da SME- D.Caxias; do NEPAD -Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas/ UERJ; da Novamerica e do Projeto de Educação Ambiental e Saúde/SME-RJ.

Em 2003, o NEC/FEBF/UERJ apoiou a Novamerica na realização do *V Encontro Estadual de Educadores em Direitos Humanos*, sediando o evento no NEC/FEBF/UERJ, e participando efetivamente da sua organização.

Com o PREV já bastante consolidado, em 2004 realizamos a *III Jornada Escola, Violência e Educação em Direitos Humanos*, realizado com apoio material proveniente de convênio firmado com o MEC/SECADH - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Direitos Humanos. Foi o maior dos três eventos, reunindo 614 educadores/as em atividades voltadas à difusão e avaliação da proposta do PNEDH –Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que naquele momento estava sendo debatido em todo o país. A abertura do evento contou com palestra da Prof.^a Aída Monteiro e o seu encerramento foi feito em mesa de gestores públicos formada por membros das secretarias municipais de educação da Baixada Fluminense, que firmaram compromisso com o Manifesto de Educação em Direitos Humanos da Baixada Fluminense, texto síntese elaborado a partir do produto das oficinas pedagógicas desenvolvidas durante o evento.

- Articulação no campo de ensino

Além do investimento na formação inicial das alunas bolsistas que atuavam diretamente no projeto, o trabalho e estudo desenvolvidos estimularam a inclusão da temática dos direitos humanos e violência na disciplina de Didática do curso de pedagogia da Unidade o que, por sua vez, deu origem a duas disciplinas eletivas no novo currículo da FEBF: *Escola, Violência e Direitos Humanos I e II*, cada uma com 30 horas. A disciplina, ministrada pela coordenadora do PREV, estava voltada ao debate sobre os princípios de educação em direitos humanos e sobre a experiência pedagógica desenvolvida pelo projeto nas escolas. Desde 2010, essa disciplina é oferecida como eletiva também no curso de graduação em pedagogia na modalidade EAD da UERJ.

- Articulação / Repercussão no campo de pesquisa

No campo acadêmico da pesquisa, é importante registrar trabalhos de conclusão de curso e dissertações de mestrado com a temática dos direitos humanos gestados no curso das atividades do PREV, e orientados pela coordenadora do núcleo no âmbito das atividades desenvolvidas no setor de pesquisa do NEC. A esse processo pode-se associar diretamente também duas teses de doutorado realizadas no ProPED⁵, e a constituição do GCEDH – Grupo de Pesquisa Formação, Currículo e Educação em Direitos Humanos, originado e vinculado inicialmente ao PPGECC⁶.

5 Programa de Pós-Graduação em Educação EDU/UERJ.

6 Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas FEBF/UERJ PEREIRA, G. N. Percepções de estudantes de Pedagogia sobre Educação em Direitos Humanos. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Aprendendo - ensinando novas lições...

Não é tarefa fácil extrair de uma experiência aspectos que registrem tudo o que ela significou e possibilitou de aprendizado para os sujeitos que dela participaram. Aqui, optamos por delinear o seu contorno evidenciando dois aspectos estruturantes do projeto acadêmico desenvolvido. Do ponto de vista acadêmico, a articulação indissociável dos campos de extensão, pesquisa e ensino. Do ponto de vista político, a estratégica formação de parceria entre a universidade, o poder público e a sociedade civil organizada, investindo e contribuindo para a adoção de políticas públicas de educação em direitos humanos. Ao longo dos 13 anos de realização do PREV, sua dinâmica foi permanentemente alterada e ajustada, tanto como reflexo do nível de amadurecimento que ia sendo alcançado pela equipe, quanto por questões conjunturais externas – mudança na gestão da SME e/ou das escolas, por exemplo. Nesse processo, não só a dinâmica de execução das ações com as educadoras das escolas sofreu mudanças, mas também o modo como abordamos o papel da educação em direitos humanos foi sendo afetada pela experiência empírica vivida junto às escolas e pelos estudos que fomos desenvolvendo na esteira dessa ação extensionista.

No início, questionávamos o que chamamos de perspectiva jurídico-política de educação em direitos humanos, o que de modo amplo pode ser descrito como uma abordagem voltada à divulgação de direitos civis e instrumentos legais de proteção. Em contraposição, procurávamos formular o entendimento de educação em direitos humanos como um princípio pedagógico que deveria perpassar tudo o que acontecesse nas escolas. Traçando o percurso nessa direção, queríamos fortalecer algo que contribuísse para avançar do discurso da *resistência/exigência* presente no entendimento de direitos humanos como objeto de ensino para uma prática que impregnasse o currículo escolar com o compromisso de construção da cultura da paz.

Essa preocupação em encontrar uma resposta para afinal, o que é educação em direitos humanos, é algo que povoa a reflexão de estudiosos em muitas outras áreas, não só no campo da educação. O que é democracia? O que é educação de qualidade? O que é educar para a cidadania? O esforço por fixar significados, produz sequências intermináveis de adjetivações, como ativa, crítica, participativa, inclusiva...

O que a reflexão sobre a experiência empírica do PREV resultou, foi no entendimento de que, ainda que colocar a ideia de *educação em direitos humanos* na moldura dos nossos princípios e compromissos éticos e políticos seja algo compreensível por ser um orientador da nossa prática pedagógica, tal esforço talvez não seja muito produtivo. Analisando a questão a partir da *perspectiva agonística* formulada por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau (LACLAU, 2004 ; MOUFFE, 2006), pela qual cultura e identidade/diferença são tratadas como questões discursivas, podemos apreender o sentido de educação em direitos humanos como algo que vai sendo permanentemente produzido na esfera das disputas políticas por significação que se dão na arena da própria escola, o que torna impossível e talvez desnecessário fixá-lo a pretexto de um melhor entendimento da área.

Em relação aos desafios postos à educação em direitos humanos, a experiência do PREV apontou para a pertinência de ousarmos pensar e experimentar modelos alternativos de escola (talvez uma escola sem modelos!), uma reconfiguração que, para além da definição dos saberes curriculares pertinentes à escola, mas por eles orientada, envolve os modos de organização administrativa e pedagógica da escola, de seus espaços, tempos, estrutura hierárquica, *etc.* em dinâmicas configuradas como canais de expressão e negociação da diferença.

Referências

ANDRÉ, Marli. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papirus, 1999

CANDAU, Vera Maria. **Escola e Violência**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 37, 2008.

CASTRO, Luciana M. A Avaliação da Extensão Universitária na UERJ: resultados e desafios. *In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – RECONHECER DIFERENÇAS, CONSTRUIR RESULTADOS, Anais [...]*. Brasília: DF. UNESCO, 2004.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia y estratégia socialista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

MAZZOTTI-ALVES, A. J. **O método nas ciências naturais e sociais**. São Paulo: Pioneira, 1999

MOUFFE, Chantal. *Por um modelo agonístico de democracia*. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 11-23, 2006.

RAMOS, Aura Helena. Escola, cidadania e paz. **Revista Nuevaamerica**, Buenos Aires, Novamerica, v. 1, p. 24-31, 2005.

RAMOS, Aura Helena; BARREIROS, D. A ação docente como ação política: discutindo as questões curriculares a partir da prática pedagógica de educadores em direitos humanos. *In: TURA, Maria de Lourdes Rangel; GARCIA, Maria Manuela Alves. (org.). Currículo, políticas e ação docente*. 1.ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, v. 1, p. 7-293.

SANTOS, Sônia Regina Mendes. Os Centros de Referência para a Formação Continuada de Professores: algumas alternativas em busca da autonomia. *In: XXVIII REUNIÃO NACIONAL DA ANPED – Associação Nacional de Pesquisa em Educação. Anais [...]*. Caxambu: MG, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo, Cortez, 1985.

Recebido em 12 de dezembro de 2022.

Aceito em 13 de fevereiro de 2023.